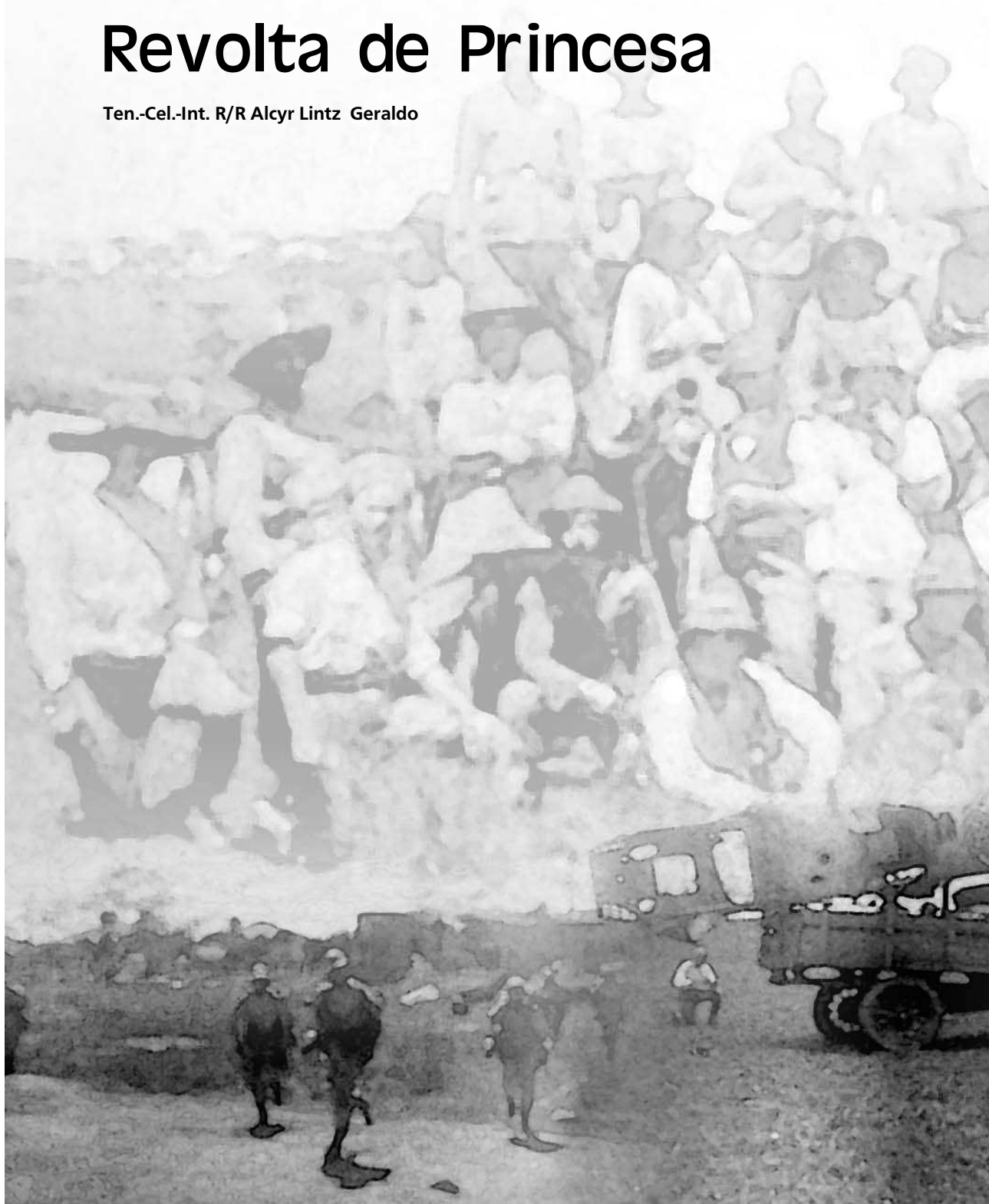


O Emprego do Avião na Revolta de Princesa

Ten.-Cel.-Int. R/R Alcyr Lintz Geraldo





I - Breve Resenha sobre a Revolta

Antes de encarar especificamente o tema, faremos algumas considerações sobre a revolta de Princesa. Foi ela uma insurreição, ocorrida no estado da Paraíba, contra o governo do presidente João Pessoa, tendo por epicentro aquela cidade, hoje conhecida como Princesa Isabel. Situa-se no planalto formado pela Serra da Borborema que, vindo de Alagoas, atravessa Pernambuco e a Paraíba. Aí, ela se bifurca em Borborema central, ocupando regiões semi-áridas, chegadas ao sertão, e Borborema do Leste, que se desenvolve em terras úmidas, próximas do litoral. Situa-se a 650 metros de altitude e o município ocupa cerca de 395 km².

O chefe do motim foi José Pereira Lima, residente na cidade, onde era comerciante, fazendeiro, chefe político local, deputado estadual, e um dos líderes do Partido Republicano da Paraíba.

O movimento teve início no dia 24 de fevereiro de 1930 e entendemos ter se findado de fato, no dia 26 de julho, quando o presidente João Pessoa foi assassinado por João Duarte Dantas em Recife, no interior da Confeitaria Glória. Após esse fato, o presidente da República, Washington Luís Pereira de Souza e o vice-presidente da

Paraíba, Álvaro de Carvalho, acertaram o que podemos chamar intervenção federal branca, no estado. Por essa avença, tropas do Exército, sob o comando do general Lavenère Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, que abrangia o território da Paraíba, ainda que em operações que seriam supervisionadas por autoridades estaduais, puseram fim à rebelião. O capitão João Facó comandava os soldados que ocuparam Princesa e recebeu a deposição de armas pelo chefe revoltoso e seus asseclas. Assim, o motim terminou, de direito, no dia 19 de agosto, tudo daquele ano, quando o general Wanderley comunicou ao presidente Washington Luís o fim do movimento.

Vários foram os fatores ligados à eclosão da revolta.

Em primeiro lugar, focalizemos a ascensão de João Pessoa à presidência da Paraíba. Gravemos, antes, alguns aspectos peculiares ao clã dos Pessoa. Do casamento de duas irmãs de Epiácio Pessoa, resultaram as famílias Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, de que João Pessoa fazia parte, e Pessoa de Queiroz, a que pertencia Francisco Pessoa de Queiroz. João Pessoa, de muito, afastara-se do Estado. Residia no Rio de Janeiro, onde fora nomeado Auditor Auxiliar em 1909, Auditor Geral da Marinha, em 1914 e Ministro do Supremo Tribunal Militar (denominação da época) em 1920. Assim sendo, não militava na política estadual. Ao contrário, seu primo Francisco nunca estivera fora da Paraíba e participava com intensidade de sua política.

Isto posto, uma radiografia social e política da Paraíba mostra o que ocorria em todo o Brasil, à época. Economicamente, predominava estrutura agrária, à base do latifúndio, cujos senhores eram os chefes políticos locais. Verdadeiros senhores feudais, nada era feito ou deixava de ser feito em seus territórios que não tivesse o seu beneplácito.

João Pessoa, desejando inaugurar política de renovação em seu estado, não ofertou a esses homens a importância a que eles estavam acostumados. Eis aí um dos fatores de oposição dos chefes políticos locais ao presidente do estado.

Outra fonte de desarmonia foi o combate de João Pessoa ao cangaço. Em seu governo, reviveu convênios com estados vizinhos para tal luta. Demitiu juizes e promotores lenientes com os facínoras, geralmente protegidos pelos chefes políticos que os homiziavam em suas terras, dificultavam a apreensão de suas armas e facilitavam sua devolução.

Todavia, o ponto nodal da questão foi a reforma tributária engendrada pelo governo paraibano. Desejando desenvolver o estado, cogitou o presidente João Pessoa de aumentar-lhe a arrecadação monetária. Acontece que, devido à falta de estradas e ineficiência do porto de Cabedelo, todo o interior pernambucano abastecia-se em Recife onde os Pessoa de Queiroz eram abastados comerciantes. João Pessoa aparelhou o porto de cabedelo e criou o imposto de importação pelo qual a mercadoria chegada ao estado pelo porto de Cabedelo pagaria taxa bem mais suave do que a que chegasse pelo porto de Recife. Isso alcançava diretamente o que era fornecido pelos comerciantes pernambucanos. À medida, se opuseram tenazmente os comerciantes pernambucanos que tiveram seus interesses altamente atingidos. Entre esses, figuravam os Pessoa de Queiroz. A questão foi motivo de recurso ao Poder Judiciário.

Esse episódio passou à História como “a guerra tributária” na qual envolveu - se, também, José Pereira Lima, destacado comerciante em sua cidade, Princesa, verdadeiro polo fornecedor de mercadorias para o sertão.

O motim foi tramado no Rio de Janeiro, onde os Pessoa de Queiroz tinham certa



influência. Contou com apoio, ainda que velado, do governo federal e do presidente do Estado de São Paulo, Sr. Júlio Prestes, que era o candidato oficial a presidente da República nas eleições de 01 de março de 1930, ao qual o presidente João Pessoa não brindou com seu apoio no dia 29 de julho de 1929, conhecido como dia do NEGÓ. O escopo da revolta era a intervenção federal na Paraíba com o conseqüente afastamento do presidente João Pessoa e a revogação de suas leis tributárias.

A causa eficiente foi dada pela escolha dos candidatos paraibanos à deputação federal. Como presidente do estado, João Pessoa dirigiu o conclave da comissão executiva do Partido Republicano da Paraíba que escolheu os nomes de tais pessoas. A idéia diretriz era a rotatividade, vale dizer que, quem já era deputado não entraria no rol de candidatos. Tal orientação objetivava afastar o Sr. João Suassuna que, como presidente do estado que antecedeu a João Pessoa, teria maltratado parentes de Eptácio na cidade natal de ambos, Umbuzeiro. No entanto, João Pessoa deixou na relação dos candidatos o nome de seu primo, Carlos Pessoa, que já era deputado. Isso valeu controvérsia na comissão executiva e apenas João Pessoa assinou o rol dos candidatos.

Partindo em campanha política a visitar cidades do interior paraibano, João Pessoa esteve em Princesa. Foi recebido com festas por José Pereira em que pese o desejo deste de eliminá-lo. Ficou hospedado na residência de Pereira que, após sua saída, enviou-lhe violento telegrama alegando que retirava-lhe o apoio que passava a seguir a candidatura oficial de Júlio Prestes. Acusou Pessoa de a ele ter se referido desairosamente na reunião da comissão executiva que escolheu os candidatos a deputado. Alegou que o presidente do estado não lhe deu ciência dos nomes dos escolhidos para concorrer às

eleições. E, assim, a insurreição explodiu no dia 24 de fevereiro de 1930.

A Força Pública paraibana, despreparada sob todos os aspectos, apesar do alerta que lhe fizera João Neves da Fontoura pouco antes, jamais conseguiu chegar à Princesa embora tivesse mobilizado três colunas para fazê-lo, partindo todas de Piancó, onde se achava seu quartel-general e vindo cada uma por um caminho diferente. É de se destacar que, em socorro de uma delas, partiu de Campina Grande a chamada Coluna da Honra ou Coluna da Vitória que foi emboscada por gente de José Pereira na localidade de Água Branca e foi totalmente destruída. Pereira havia sido avisado sobre essa coluna pelos seus simpatizantes já que ele os tinha até mesmo entre as fileiras da Força Pública.

Como a intervenção federal na Paraíba não era votada pelo Congresso Nacional e nem a Força Pública conseguia entrar em Princesa, em 09 de junho de 1930, José Pereira proclamou-a território livre, desmembrado do estado da Paraíba e subordinando-se diretamente ao governo federal.

Armou diversas colunas que percorreram o território do estado, combatendo com a Força Pública e cometendo as maiores atrocidades.

II - O Emprego do Avião

Desde o início da luta, o governo paraibano cogitou de nela empregar o avião. Com efeito, o avião, nascido em 23 de outubro de 1906, quando Santos Dumont descobriu a dirigibilidade aérea, havia sido empregado belicosamente pouco depois, na primeira guerra mundial, em missões de caça, para manter a superioridade aérea, de bombardeio, para isolar o campo de batalha, impedir ou dificultar a chegada de suprimentos ao inimigo e em reconhecimento, para obter todo o tipo de



informações. Assim ensina o saudoso tenente-brigadeiro-do-ar e ministro Deoclécio Lima de Siqueira, em seu livro “Fronteiras”, Edição Revista Aeronáutica, página 47.

A idéia era bombardear Princesa. E, sobre este ponto, divergem os autores. Ademar Vidal in “João Pessoa e a Revolução de 30”, Edições Graal, 1978, página 234, diz que, para a eficácia da medida, seriam necessárias 800 bombas que foram fabricadas pelos Srs. Alberto Borges e José Pimentel, por determinação dele, que era o secretário de segurança. A professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, em sua obra “A revolta de Princesa - Poder privado x Poder instituído”, página 42, prega que uma bomba de cerca de 60 quilos, altamente explosiva, seria lançada sobre a cidade rebelada por, via aérea, o que não teria acontecido por determinação pessoal do presidente do estado.

Todavia, faltava o principal instrumento de combate: o avião. Quanto a esse, depõe Vidal, in op. cit. página 233 que a primeira tentativa para a obtenção de uma aeronave foi feita no Rio de Janeiro por intermédio de Antônio Pessoa Filho, primo do presidente paraibano e representante do estado na capital federal, pessoa altamente vigiada pela polícia carioca. Esta descobriu o tentame e o avião acabou esquecido no Saco de São Francisco, em Niterói.

Tratou-se de adquirir outro nos Estados Unidos, por intermédio do Sr. Paulo Duarte, que se achava no Rio de Janeiro e para tal foi autorizado pelo governo paraibano.

Como não tivesse prosperado essa segunda tentativa, pensou-se na compra de um pequeno avião de turismo, o Flit, sobre o qual também divergem os historiadores. A professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, in op. cit. página 58, diz que a aeronave em apreço fora doada pelo estado de Minas Gerais. No entanto, Ademar Vidal, loc. cit.,

declara que o avião fora comprado em Recife, dos Srs. Paulo Viana e Raul Cardoso. As duas informações levam a crer que o avião possa efetivamente ter sido doado por Minas Gerais, que teria feito chegar à Paraíba o numerário preciso para a aquisição na capital pernambucana.

A Paraíba já dispunha de dois aviadores, Luigi Fossati e Florindo Perroni, que haviam sido enviados de Minas Gerais, quando foi lhe rogado auxílio pelo estado nordestino, impedido pelo governo federal de munir-se de armamento e munição, quer adquiridos no país, quer no exterior.

No dia 14 de abril, às 14 horas, o avião chegou à praia de Jacumã, pilotado por Perroni. A aeronave era um hidroavião, que teve seus flutuadores substituídos por rodas para que operasse em terra. Todavia, não foi feliz ao decolar da praia retro referida e avariou a hélice junto às ribanceiras. Desmontado, foi conduzido para Campina Grande. Denunciada a pretensa manobra, de levá-lo desmontado para Piancó, o comando do 22º Batalhão de Caçadores, com parada na capital paraibana, deslocou tropa para impedi-la, em caminhões do empresário Dolabela Portela, o que não logrou êxito. Improvisou-se um arremedo de campo de pouso em Piancó e o Flit chegou a pousar lá. Ao decolar, partiu a asa. Inutilizou-se.

Não desanimaram os paraibanos e, através de um emissário do aviador paulista Reinaldo Gonzaga, Sr. Charles Astor, foi adquirido outro, o Garoto, com que o referido piloto conseguiu decolar de Recife e pousar em Piancó no dia 25 de junho. Lá estavam os aviadores, mas novo óbice aconteceu: o piloto Fossati faleceu em breves dias, após insidiosa enfermidade contraída na região.

Perroni havia sido comissionado no posto de tenente da Força Pública com a missão de bombardear Princesa. Acontece que essa



missão não se concretizou. Ocorreram simplesmente ações de caráter psicológico, representadas pelo lançamento sobre a cidade revoltada de um boletim incitando os amotinados a se renderem em vinte e quatro horas, sem o que, seriam lançadas bombas sobre a cidade. O teor do depoimento de José Américo em 1968, o bombardeio não era efetivamente o objetivo colimado e, sim, o abatimento do moral inimigo sob o efeito do sobrevôo da cidade e da ameaça contida no documento por ele redigido, a ser sobre ela lançado e que continha os seguintes termos:

“O GOVERNO DA PARAÍBA INTIMA-VOS A ENTREGAR AS ARMAS E AS VOSSAS VIDAS SERÃO GARANTIDAS, DANDO O GOVERNO LIBERDADE AOS QUE NÃO RESPONDEREM POR OUTROS CRIMES. CONFAI NA PALAVRA DO GOVERNO. DEVEIS APRESENTAR-VOS AOS NOSSOS OFICIAIS. DENTRO DE QUATRO HORAS PRINCESA SERÁ BOMBARDEADA PELOS AEROPLANOS DA POLÍCIA E TUDO SERÁ ARRASADO. EVITAI O VOSSO SACRIFÍCIO INÚTIL. AINDA É TEMPO DE SALVAR-VOS. OS VOSSOS CHEFES ESTÃO INTEIRAMENTE PERDIDOS”. (INÊS CAMINHA LOPES RODRIGUES, op. cit. pág. 80).

A aeronave, em vôo rasante, chegou a 20 metros de altura sobre as trincheiras inimigas em São Boaventura, ocasião em que recebeu descargas de fuzil. VIDAL, op. cit. pág. 324, afirma que três morreram de medo.

É de se reconhecer que, como ação de caráter psicológico, o emprego do avião foi de completa eficiência. Com efeito, José Pereira passou ao desafio pelo “Jornal de Princesa”. Aguardava o GAROTO e prevenia que os governistas não se lamentassem caso o avião e o piloto, que ele chamava Rolando, saíssem garroteados ou rolassem de uma vez. Telegrafou ao presidente

do Estado dizendo que aguardava o bombardeio, que havia aconselhado sua gente a conflagrar o estado pelo implemento do regime do terror. Esta comunicação foi lida no Senado Federal pelo senador José Gaudêncio em meio a veemente protesto que fazia. A ameaça acima foi inspirada pelos Pessoa de Queiroz, partidários do “quanto pior, melhor”, com o fim de alcançarem seu objetivo magno, a intervenção federal no estado da Paraíba.

Compensa consignar, por derradeiro, que esse emprego da aviação antecipou de muito missão que hoje é tarefa diária na Força Aérea Brasileira, lançamento de material e de víveres por avião. De fato, foram jogadas sobre Tavares, onde se encontrava em dificuldade uma fração da Força Pública, sacos contendo provisões e correspondência. Alguns, possivelmente desviados pelo vento, foram ter a Santa Maria.

Considerações Finais

A nosso sentir, não há como não considerar como verdadeira aventura o emprego do avião na revolta de Princesa.

De fato, é suficientemente sabido que a atividade aeronáutica carece de sofisticada infra-estrutura, vale dizer, em termos menores, campos de pouso, suprimento e manutenção. Nada disso a Paraíba possuía e nem dispunha de recursos para tê-lo. Ficou clara a improvisação de um arremedo de campo de pouso em Piancó. Por outro lado, não havia oficina especializada de manutenção nem pessoal técnico suficientemente preparado. E, mais ainda, como obter material sobressalente para aviões? Os próprios aviadores não eram portadores de formação de piloto militar. Assim, desconheciam a conduta a seguir em combate. Como se vê, tudo no improviso, verdadeira aventura, impulso de homens novos ante nova atividade humana.

